

Capítulo 2

METODOLOGIA DE PESQUISA SOCIAL E EM SAÚDE

Especificidade das Ciências Sociais

A CIENTIFICIDADE não pode ser reduzida a só uma forma de conhecer: ela pré-contém, por assim dizer, diversas maneiras concretas e potenciais de realização. A diferenciação entre métodos específicos das ciências sociais e das ciências físico-naturais e biológicas refere-se à natureza de cada uma das áreas. Aqui se ressaltam alguns pontos que distinguem as Ciências Sociais e as tornam peculiares no campo do conhecimento dos seres vivos, resumidos a partir de Demo (1981).

O primeiro deles é o fato incontestável de que o objeto das Ciências Sociais é *histórico*. As sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configurações culturais são específicas. Elas vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro que em si traz, dialeticamente, as marcas pregressas, numa re-constituição constante do que está dado e do novo que surge. Toda investigação social precisa registrar a historicidade humana, respeitando a especificidade da cultura que traz em si e, de forma complexa, os traços dos acontecimentos de curta, média e longa duração, expressos em seus bens materiais e simbólicos. Mas

as pesquisas sociais contemporâneas precisam também compreender a simultaneidade das diferentes culturas e dos diferentes tempos num mesmo espaço, como algo real e que enriquece a humanidade. Isso significa compreender o global e o local, convivendo e sendo, ao mesmo tempo, mutáveis e permanentes. Pois o ser humano é autor das instituições, das leis, das visões de mundo que, em ritmos diferentes, são todas provisórias, passageiras, trazendo em si mesmas as sementes de transformação.

Como consequência do primeiro princípio, pode-se dizer que a sociedade e os indivíduos têm *consciência histórica*. Ou seja, não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e a sociedade dão significado e intencionalidade e interpretam suas ações e construções. As instituições e as estruturas nada mais são que ações humanas objetivadas. De acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e com a organização particular da sociedade e de sua dinâmica interna, criam-se visões de mundo, com nuances e diferenciações relacionadas às condições de vida e às heranças culturais. Tal consciência se projeta no mundo da vida, assim como passa a ser registrada nos processos eruditos de construção do conhecimento.

Goldmann (1980) introduz nas suas análises da cultura os conceitos de *consciência possível* e de *consciência real*, para separar os diferentes níveis de elaboração ideológica. Essas categorias baseiam-se no conceito marxista de ideologia, segundo o qual a sociedade tende a perceber a dominação de forma invertida. O conceito de "consciência possível" indicaria que determinados atores sociais superariam os níveis elementares da ideologia, conseguindo compreender melhor e atuar positivamente diante dos processos de alienação social. No entanto, a idéia de consciência histórica traz também embutida em si a tese de que se deve sempre analisar a contribuição de determinado ator social ou coletivo levando em conta o tempo histórico em que viveu, pois seu conhecimento e

na prática são relativos aos limites das relações sociais de produção concretas. O pensamento e a consciência são processos que, ao mesmo tempo, têm como base a dinâmica histórica que por sua vez é influenciada pelas ideologias. As ciências sociais são também fruto de um tipo de "consciência possível" e fazem parte dos bens públicos e coletivos criados historicamente, tendo por limites o desenvolvimento social.

Os pesquisadores são, dialeticamente, autores e frutos de seu tempo histórico. Crises, conflitos e contradições têm reflexo tanto no desenvolvimento como na decadência de pensadores e de teorias sociais. As transformações socioeconômicas e culturais, por sua vez, influenciam decisivamente os processos internos e as condições de possibilidades do desenvolvimento da ciência.

Uma terceira característica das Ciências Sociais é que elas trabalham no nível da *identidade entre o sujeito e o objetivo* da investigação. A pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de idade, de religião ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos como lembra Lévi-Strauss: "Numa ciência onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é parte de sua observação" (1975, p. 215). Isso significa, segundo o pensamento de autores como Schultz (1982) que o primeiro construto interpretativo das investigações sociais é realizado pelos próprios atores no nível do senso comum. Por isso, é papel do pesquisador compreender essa lógica interpretativa de "primeiro nível", uma vez que ela é potente e eficaz para fazer o mundo da vida se realizar.

Outro aspecto distintivo das Ciências Sociais é o fato de que ela é *intrínseca e extrinsecamente ideológica*. Ninguém hoje ousaria negar a evidência de que toda ciência, em sua construção e desenvolvimento, passa pela subjetividade e por interesses diversos. Nos processos de produção do conhecimen-

to se veiculam interesses e visões de mundo historicamente construídos. Mas as ciências físicas e biológicas participam de forma diferente do comprometimento social, uma vez que existe um distanciamento de natureza do físico e do biológico em relação a seu objeto. Embora, sempre exista um imbricamento relacional entre o pesquisador e seu objeto, uma vez que, de um lado, o investigador depende dos artefatos criados anteriormente por outros; e de outro, ele é limitado pelo nível de desenvolvimento desses dispositivos.

Na investigação social, porém, a relação entre o sujeito investigador e o sujeito investigado é crucial. A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho. O reconhecimento dessa contingência é uma condição *sine qua non* da pesquisa que, uma vez compreendida, pode ter como fruto investimentos radicais no processo de *objetivação* (Demo, 1981) do conhecimento. Isto é, cabe ao pesquisador usar um acurado instrumental teórico e metodológico que o municie na aproximação e na construção da realidade, ao mesmo tempo que mantém a crítica não só sobre as condições de compreensão do objeto como de seus próprios procedimentos.

Por fim, é preciso declarar que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente *qualitativo*. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados que transborda dela. A possibilidade de enumeração dos fatos, por exemplo, é uma qualidade do indivíduo e da sociedade que contém, em si, elementos de homogeneidade e de regularidades. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, que qualquer pensamento e qualquer discurso político ou teórico que tente explicá-la.

Portanto, trabalhar dentro dos marcos das Ciências Sociais significa enfrentar o desafio de manejar ou criar (ou fazer as duas coisas ao mesmo tempo) teorias e instrumentos capazes de promover a aproximação da suntuosidade e da diversi-

dade que é a vida dos seres humanos em sociedade, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. O acervo dessas Ciências contempla o conjunto das expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nas relações, nos sujeitos, nos significados e nas representações. As regularidades desse conjunto de elementos se expressam nas abordagens quantitativas, fazendo a junção das dimensões de extensividade e de intensividade inerentes a todos os processos que dizem respeito aos seres vivos e, principalmente, aos seres humanos. Como lembra Kant em sua *Matemática Transcendental*, a quantidade é, em si mesma, uma qualidade do objeto, assim como a qualidade é um dos elementos da quantidade.

Por exemplo, quando se fala de *Saúde* ou *Doença*, observava-se que essas duas categorias trazem uma carga histórica, cultural, política e ideológica que não pode ser contida apenas numa fórmula numérica ou num dado estatístico, embora os estudos de ordem quantitativa apresentem um quadro de magnitude e de tendências que as abordagens históricas e socioantropológicas não informam. Ambas as abordagens são importantes e o ideal no campo da pesquisa em saúde é que sejam trabalhadas de forma que se complementem sistematicamente. Gurvitch (1955) lembra que a realidade tem camadas que interagem e a grande tarefa do pesquisador é compreender e apreender, além do visível, do "morfológico e do ecológico", os outros níveis que se interconectam e tornam o social tão complexo.

Neste livro, porém, o escopo é específico: tratar do caráter qualitativo das ciências sociais e da metodologia apropriada para construir teoricamente o significado de Saúde e de Doença.

Conceito de Metodologia

Começo dizendo que o próprio conceito de metodologia, foco da discussão, já é, em si, assunto controverso. Há quem o iguale a métodos e técnicas, como é caso da maior

parte dos manuais e textos americanos, produzidos para a formação de pesquisadores. Há quem o coloque no campo da epistemologia, separando-o da operacionalização, como faz a maioria dos intelectuais franceses que trabalham com teorias das ciências. Há quem separe teoria e método como faz o cientista americano Thomas Merton (1969) e há os que consideram esses dois termos inseparáveis, devendo ser tratados de maneira integrada e apropriada quando se escolhe um tema, um objeto, ou um problema de investigação. Filio-me a este último grupo que tem em Denzin (1973) um dos mais brilhantes pensadores. Portanto, discutir metodologia é entrar num forte debate de idéias, de opções e de práticas.

Durante os últimos vinte anos venho tentando contribuir para superar as posturas, muitíssimo freqüentes, de tratar separadamente *questões epistemológicas e instrumentos operacionais*, uma vez que considero o conceito de Metodologia de forma abrangente e concomitante: (a) como a discussão epistemológica sobre o "caminho do pensamento" que o tema ou o objeto de investigação requer; (b) como a apresentação adequada e justificada dos *métodos, das técnicas e dos instrumentos operativos* que devem ser utilizados para as buscas relativas às investigações da investigação; (c) e como o que denominei "criatividade do pesquisador", ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações científicas.

A metodologia ocupa lugar central no interior da sociologia do conhecimento, uma vez que ela faz parte intrínseca da visão social de mundo, veiculada na teoria. Em face da dialética, por exemplo, o método é o próprio processo de desenvolvimento das coisas. Lênin comenta que o método não é a forma exterior, é a própria alma do conteúdo porque ele faz a relação entre pensamento e existência e vice-versa (1955, p. 148). A metodologia constitui o "caminho do pensamento", segundo Habermas (1987), e constitui uma "prática teórica

pensada", na expressão de Bourdieu em *Esquisse d'une Théorie de la Pratique* (1972). Isso quer dizer, trocando em miúdos, que é diferente pensar a metodologia de uma pesquisa de inspiração funcionalista, ou marxista, ou fenomenológica ou que utilize a abordagem sistêmica. Por sua vez, é diferente pensar o desenho e a metodologia de uma pesquisa multidisciplinar ou a que tem caráter interdisciplinar e se fundamenta na filosofia da complexidade.

Neste estudo, portanto, teoria e metodologia caminham juntas e vinculadas. Por sua vez, o conjunto de técnicas que constitui o instrumental necessário para aplicação da teoria aqui é tratado como elemento fundamental para a coerência metódica e sistemática da investigação. Evito tanto o endeuamento teórico como a reificação da realidade empírica, porque no primeiro caso há um menosprezo pela dinâmica dos fatos. E no segundo, concretiza-se uma redução da verdade à dimensão dos acontecimentos localizados. A excessiva teorização e a improvisação de instrumentos para abordar a realidade, provenientes de uma perspectiva pouco heurística, produzem divagações abstratas, impressionistas e pouco precisas em relação ao objeto de estudo.

Se teoria, método e técnicas são indispensáveis para a investigação social, a capacidade criadora e a experiência do pesquisador também jogam papel importante. Elas podem relativizar o instrumental técnico e superá-lo pela arte. O que se denomina "criatividade do pesquisador" é algo difícil de se definir, uma vez que esta expressão se refere ao campo da história pessoal e da experiência subjetiva. Este termo é aqui usado no mesmo sentido em que Wright Mills (1972; 1974) e Denzin (1973) denominam "imaginação" e outros autores falam de "intuição". Essa "criatividade do pesquisador" corresponde a sua experiência reflexiva, a sua capacidade pessoal de análise e de síntese teórica, a sua memória intelectual, a seu nível de comprometimento com o objeto, a sua capacidade de exposição lógica e a seus interesses. Fazendo coro com

grande número de estudiosos (Weber, 1965; Gadamer, 1999; Habermas, 1987; Myrtdal, 1969; Granger, 1967; Gurvitch, 1955; Denzin, 1973; dentre outros), entendo que não se pode acreditar em ciência neutra, pois todo o processo de construção teórica é, ao mesmo tempo, uma dialética de subjetivação e de objetivação. Assim o que aqui considero "criatividade do pesquisador" diferencia os resultados das investigações, o que pode ser constatado quando vários trabalhos têm os mesmos objetos e as mesmas indagações.

A reflexão sobre metodologia enquanto sistemática de abordagem da realidade é assunto para pesquisadores comuns que se exercitam em seus respectivos campos de conhecimento. Os gênios não precisam desses dispositivos, pois atravessam parâmetros estabelecidos e projetam, em poucas linhas, novos *insights*, modificando paradigmas em seus campos científicos (Kuhn, 1962).

Conceito de Pesquisa Social

Entrar no campo da Pesquisa Social é penetrar num mundo polêmico onde há questões não resolvidas e onde o debate tem sido perene e não conclusivo. O tema mais problemático é o da sua própria cientificidade que deve ser pensado como uma idéia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos. Entendo que deve existir uma unidade no mundo da ciência quando se diz que qualquer produção científica só pode ser reconhecida quando contém teoria, métodos e técnicas de abordagem. E todo discurso teórico deve conter conceitos, categorias, teses e hipóteses ou pressupostos. Esses são elementos indispensáveis e universais de auto-regulação do processo de conhecimento. Mas também entendo que a unidade científica deve ser tratada de forma complexa, incluindo a diversidade das áreas de conhecimento, no interior das quais todo o arcabouço teórico geral se transforma em especificidade e adequação.

Nesse sentido, o labor científico caminha sempre em duas direções: numa, elabora marcos teórico-metodológicos e instrumentos operativos para conseguir resultados; noutra, inventa, ratifica caminhos, abandona certas vias, faz novas indagações e se orienta para outras direções. Ao fazer essas trilhas, os investigadores aceitam os critérios de historicidade, de colação e da única certeza possível: a de que qualquer conhecimento é aproximado, é construído. A história da ciência revela não um *a priori*, mas o que foi produzido em determinado momento histórico com toda a relatividade que o dinamismo do processo social requer.

Defino *Pesquisa* como a atividade básica das Ciências na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino. Pesquisar constitui uma atitude e uma prática teórica de constante busca e, por isso, tem a característica do acabado provisório e do inacabado penamente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados, pensamento e ação.

Compreendo como *Pesquisa Social* os vários tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e intuições, de sua história e de sua produção simbólica. Como quaisquer fenômenos humanos, investigações sociais estão relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente concatenadas. Pesquisas nascem de determinado tipo de inserção no real, nele encontrando razões e objetivos. Enquanto prática intelectual, o ato de investigar reflete também dificuldades e problemas próprios das Ciências Sociais, sobretudo sua intrínseca relação com a dinâmica histórica.

Conceito como *Pesquisa social em saúde* todas as investigações que tratam do fenômeno saúde/doença, de sua representação pelos vários atores que atuam no campo: as instituições políticas e de serviços e os profissionais e usuários.

Analisando o conceito de *pesquisa* do ponto de vista antropológico, pode-se dizer que sempre existiu a preocupação

do *Homo sapiens* com o conhecimento da realidade. As tribos primitivas, por meio dos mitos, já tentavam explicar os fenômenos que cercam a vida e a morte, o lugar dos indivíduos na organização social com seus mecanismos de poder, controle, convivência e reprodução do conjunto da existência social. Dentro das dimensões de espaço e tempo, a religião tem sido um dos relevantes fenômenos explicativos das indagações dos seres humanos sobre os significados da existência individual e grupal.

Hoje todas as modalidades de conhecimento convivem concomitantemente, buscando soluções para dramas humanos e para o avanço da humanidade. Uma delas é hegemônica: a *Ciência*. As *Ciências* na era moderna conseguiram se constituir como esquemas de explicações dominantes. Nessa etapa do desenvolvimento do capitalismo pós-industrial, elas se tornaram a força produtiva mais importante da história. Nem por isso, no entanto, seu arcabouço explicativo é exclusivo e conclusivo. Os problemas atuais dos seres humanos e da organização social trazem questões cruciais como a fome, a migração, a violência, para as quais a ciência, mesmo a social, continua sem resposta e sem formulações.

Do ponto de vista histórico, a Pesquisa Social vem carregada de ênfases e interesses mais amplos do que seu campo específico. Alguns autores, como Schrader (1978) fazem uma revisão dessa prática acadêmica no tempo, mostrando que ela nasceu de grupos contestadores das desigualdades produzidas pela sociedade industrial. Seu desenvolvimento exponencial se deu na segunda metade do século XX e muitos pesquisadores renomados como Lazarsfeld, Jahoda e Gunnar Myrdal iniciaram suas carreiras de investigadores na busca de solução para os problemas sociais causados pela Segunda Guerra Mundial. Nos Estados Unidos, por exemplo, ela nasceu nos jornais de crítica social, segundo o autor.

Mas não existe uma história única da pesquisa social. Na Inglaterra, por exemplo, os antropólogos avançaram muito

na compreensão de sociedades primitivas, realizando pesquisas de interesses dos colonizadores. No entanto, as investigações antropológicas levantaram questões que contrariavam os interesses da metrópole e dos seus financiadores, trazendo à luz temas como o do relativismo cultural, do pensamento lógico dos primitivos e da auto-suficiência de sua organização social.

A partir da Segunda Grande Guerra, com a ampliação do poder dos Estados Unidos e sob o signo da industrialização, do crescimento econômico e populacional, houve grande avanço da pesquisa social voltada para o planejamento estratégico e para a produção de intervenções na organização dos meios gerais de produção e de reprodução e, sobretudo, na avaliação dos investimentos públicos e privados voltados para o desenvolvimento. Particularmente muito foi investido no dimensionamento dos chamados problemas, sociais referentes à pobreza, à saúde, à educação e às políticas de bem-estar. O termo *Pesquisa em Políticas Sociais* passou a significar um campo científico com implicações imediatas do ponto de vista de controle do Estado. A proliferação de centros de pesquisas sociais, tanto nos países industrializados como nos subdesenvolvidos, veio junto com o interesse do poder público de conhecer, regular e controlar a sociedade civil ou de articular-se com ela para solucionar as mazelas sociais sempre presentes no capitalismo e aprofundadas no atual período de pós-industrialização.

Do ponto de vista teórico e formal, existe uma classificação tradicional que divide a Pesquisa em "pura" e "aplicada". O investigador inglês, Bulmer (1978), questiona o reducionismo dessa classificação. Comenta que "pura ou básica" e "aplicada" referem-se a uma falsa divisão do conhecimento, uma vez que pesquisas teóricas podem ter e têm importantes conseqüências práticas; e pesquisas aplicadas costumam ter implicações e contribuições teóricas. Essa dicotomia baseada no modelo de tecnologia em que o cliente que paga

explícita o que quer. Tal exigência se torna inadequada às ciências sociais.

Bulmer (1978) propõe uma classificação alternativa de Pesquisa Social, substituindo a divisão tradicional. As cinco modalidades, referidas abaixo, constituem, segundo o autor, "tipos" dentro de um *continuum*, com o mérito de dar visibilidade e legitimidade a diferentes formas de abordar a realidade:

1. *Pesquisa básica*: preocupa-se com o avanço do conhecimento por meio da construção de teorias e teste delas ou também com a satisfação da curiosidade científica. Ela não tem um objetivo prático em seu projeto inicial, embora as descobertas advindas dos dados gerados possam influenciar e subsidiar tanto políticas públicas, novas descobertas, investimentos, decisões dos homens e mulheres de negócio como avanços na consciência social.

2. *Pesquisa estratégica*: baseia-se nas teorias das ciências sociais, mas orienta-se para problemas concretos, focais, que surtem na sociedade, ainda que não cabam, ao investigador, as soluções práticas para os problemas que aponta. Ela tem a finalidade de lançar luz sobre determinados aspectos da realidade. Seus instrumentos são os mesmos com que a pesquisa básica atua, tanto em termos teóricos como metodológicos, mas sua finalidade é a ação governamental ou da sociedade. Essa modalidade seria a mais apropriada para o conhecimento e a avaliação de problemas e políticas do setor Saúde.

3. *Pesquisa orientada para problemas específicos*: é uma modalidade operacional que é, em geral, realizada dentro das instituições governamentais e não-governamentais e empresas, visando ao conhecimento imediato. Fundamenta-se, sem necessariamente explicitá-lo, nos conhecimentos gerados por investigações básicas. Os resultados desse tipo de pesquisa visam a ajudar a lidar com questões práticas e operacionais.

4. *Pesquisa-Ação*: consiste na investigação que segue *pari passu* o desenvolvimento de programas sociais ou governamentais para medir o seu impacto. A definição desse termo

por Bulmer (1987) difere do conceito de pesquisa-ação apresentado por Thiollet (1986), segundo o qual, por *pesquisa-ação* se entende um tipo de investigação social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação voltada à resolução de problemas comunitários e sociais. Nessa modalidade, os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. A diferença básica das concepções de Bulmer e Thiollet reside no fato de que, no primeiro caso, a investigação acompanha as ações dos programas, mas é externa a elas. No segundo, o envolvimento do pesquisador e dos que atuam é parte integrante da pesquisa.

5. *Pesquisa de inteligência*: que se refere aos grandes levantamentos de dados demográficos, econômicos, estatísticos, epidemiológicos, realizados por especialistas geralmente vinculados a instituições públicas ou empresas, visando ao planejamento e à formulação de políticas específicas e à tomada de decisão. Os Censos e as Pesquisas do IBGE são exemplos clássicos de pesquisas de inteligência. De forma simplificada, as Pesquisas de Opinião Pública preenchem também essa função sociológica (Bulmer, 1978, pp. 8-9).

Bulmer comenta, referindo-se ao campo das Investigações Estratégicas, que a "Pesquisa Básica" tem tido, como sua marca permanente, uma forte orientação unidisciplinar, dificultando sua aplicação para políticas públicas. Na ponta oposta, os estudos interdisciplinares têm sido bastante questionados pela pouca consistência teórico-metodológica. Segundo ele, os *surveys* se tornaram o reino do senso comum, pois freqüentemente estão orientados: (a) pelo "empirismo" e pelo "positivismo", cuja ideologia se baseia no princípio de que os fatos falam por si mesmos e de que nada existe além dos dados; (b) ou por interesses políticos dos cientistas ou de autoridades que encomendam e financiam seu trabalho. Neste segundo caso, há um pressuposto, geralmente falseado pela realidade, de que os governantes e políticos precisam *conhecer os fatos*

para poderem optar ao tomar decisões. O risco do empirismo e do positivismo é a minimização dos problemas teóricos e da redução do papel do pesquisador a um levantador de dados técnicos e provedor de informações. Uma vez que apresenta sua visão técnica da realidade, seu papel cessa, e a interpretação passa a ser conduzida por outros, e as relevâncias são expostas por interesses políticos e econômicos, como lembra Wright Mills (1952).

Minha experiência pessoal de mais de vinte anos no campo da investigação social em saúde em colaboração com epidemiologistas me ensinou que não é preciso fazer escolhas parciais. É possível desenvolver pesquisas básicas sobre temas ainda pouco desenvolvidos, abrangendo problemas estratégicos do ponto de vista de sua relevância social e direcionar os resultados de forma operacional. Vários estudos da equipe do Claves (Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde/Fiocruz) no qual trabalho, apontam para o fato de que *em todas as investigações da área de saúde coletiva é possível juninar consistência teórica e relevância social* na direção que aqui menciono de forma bastante concreta: (1) já na construção do projeto prever os produtos que se pretende construir; (2) no seu desenvolvimento realizar todos os procedimentos (geralmente de forma interdisciplinar contendo aspectos socio-antropológicos e epidemiológicos do problema em foco), teóricos e metodológicos típicos de investigação básica; (3) no processo de análise, direcionar a reflexão e os resultados para descobrir ou compreender aspectos da realidade que necessitam de intervenção, orientando-os para níveis de especificidade; (4) em adendo construir, com dados e análises da pesquisa, um texto complexo executivo, direto e curto que possa servir à ação social.

Concluo dizendo que a Pesquisa Social não pode ser definida de forma estática ou estanque. Ela precisa ser conceituada historicamente e entendendo-se todas as injunções, contradições e conflitos que configuram seu caminho. Por sua

vez, seu âmbito de ação precisa sair dos marcos da unidisciplinar e do academicismo. Sobre tudo no campo da saúde, a realidade a ser abordada se apresenta sempre como uma totalidade que envolve diferentes áreas de conhecimento e abrange a dinâmica do mundo da vida.

E por fim, devo ressaltar ainda uma vez que o universo da pesquisa social e dos pesquisadores vive sob o signo das contingências históricas. De um lado, estão as dificuldades de financiamento que cerceiam ou restringem as possibilidades, tanto da investigação como do encaminhamento de conclusões. Do outro, existem questões éticas e científicas que o investigador tem de enfrentar sobre a realidade e sobre o destino do produto artesanal que realiza, no que diz respeito ao alcance de suas ações e ao uso social que dela possa ser feito para a sociedade em que vive.